

A responsabilidade dos intelectuais:

O desenvolvimentismo dos anos 1950*

Maria Emilia Prado**

*** Professora titular de História do Brasil - UERJ.*

Introdução

A questão nacional tem sido o objeto central das reflexões e das análises dos intelectuais brasileiros que, desde a fundação do Estado em 1822, preocupam-se em compreender os impasses para a construção da modernidade no Brasil, bem como as dificuldades para a definição do modo de ser da sociedade e da cultura brasileiras. Neste sentido, é possível encontrar os que defendiam que o Brasil devia se esforçar para construir uma ordem liberal e democrática, enquanto outros buscavam ressaltar os aspectos materiais da modernidade, defendendo que a busca pela modernização não deveria ocorrer entrelaçada ao estabelecimento de uma sociedade caracterizada pela implantação do modelo liberal democrático. Os que defendiam esse último posicionamento

* Este artigo é resultado parcial de pesquisa de pós-doutoramento sênior que conta com o apoio do CNPq.

acentuavam as particularidades da sociedade brasileira que dificultavam a implantação do modelo liberal¹. No plano político ou no cultural, é possível realizar um levantamento exaustivo de autores e obras. Das formulações de Bonifácio, ainda ao tempo do vice-reinado, passando pelos construtores do Império, como Bernardo Pereira de Vasconcelos e o Visconde de Uruguai, até a geração dos reformadores como Joaquim Nabuco, Tavares Bastos, Rui Barbosa, Sílvio Romero, André Rebouças, Quintino Bocaiúva e outros, o século XIX foi pródigo na elaboração de reflexões acerca dos caminhos e das trilhas por onde passava ou deveria passar a questão nacional.

A escravidão, como a Monarquia, foi extinta no já distante decênio de 1880. Adveio a república e com ela ganhou força a idéia de progresso material. Mas permaneceu o impasse intelectual. O que era exatamente o Brasil? Como definir a sociedade, a cultura e a política brasileiras? Que rumos o Brasil deveria tomar? A nós estava reservado o destino de cópia do modelo liberal democrático? Mas, como implantá-lo? Até onde seria possível ou desejável transmutar nossas características próprias de modo a nos tornarmos aptos a adotar o modelo?

Para além desse dilema, a intelectualidade brasileira – e por que não dizer ibero-americana – se defrontava com um outro. Qual o seu papel social? O do exercício da crítica? O de intervenção direta no debate público? O de condutor do debate? No dizer de Antonio Pita,

“o intelectual fala em nome da história ou, o que neste caso é o mesmo, é a história que fala no discurso do intelectual: este discurso, todavia, não tem por referência circunstâncias, problemas ou acontecimentos que ocorrem na história, mas circunstâncias, problemas e acontecimentos reveladores da história”².

¹ A esse respeito ver PRADO, Maria Emilia, “O significado da liberdade nos propagandistas da república”, *Revista do IHGB*. n.401, 2002, p.79-94. Ver ainda “A cidadania no pensamento político brasileiro”. *Revista Internacional de Estudos Políticos*, Rio de Janeiro: 1999, v.1 p.345-360.

² Cf. PITA, Antonio Pedro, “Os intelectuais e a democracia ou a democracia dos intelectuais”. In PRADO, Maria Emilia (org.) *Tradição e modernidade no mundo Ibero-americano*, Rio de Janeiro, CNPq/UERJ/IHGB, 2004.

O lugar dos intelectuais na política e nas questões públicas é tema que há décadas vem despertando debates. Qual o papel dos intelectuais no mundo moderno? Dito de outra forma, os intelectuais teriam o dever de se deslocar de seus castelos para atuarem na vida pública? Seus escritos e reflexões precisam ser destinados a um público ampliado ou, ao contrário, deveriam ser lidos e discutidos apenas pelos especialistas? O intelectual deve falar a um público ampliado? Ele deve penetrar no terreno da política, pondo-se a serviço da engenharia política? Ou deve ele, diante da política e do Estado, manter-se distante do poder? A respeito dessa permanente tensão, lembremos o dilema expresso por Max Weber a respeito da ‘ética da convicção’ e da ‘ética da responsabilidade’. Haveria necessidade de escolha por parte dos intelectuais ou existiria um caminho capaz de permitir equilibrar as duas éticas e os dois apelos?³.

Muito já se escreveu a respeito da dificuldade em se conciliar o trabalho nos domínios das idéias e/ou da cultura com aquele desempenhado na esfera do político, propriamente dito. Constituem os intelectuais um grupo à parte? De Julien Benda a Bobbio e Habermas, passando por Croce, Ortega y Gasset, Gramsci, Mannheim e Sartre, esta temática vem suscitando debates. Para Habermas⁴ os intelectuais, através de sua atividade, constroem a esfera pública literária e desempenham importantes tarefas enquanto formadores de opinião e dessa forma atuam enquanto agentes de destaque na esfera pública. A interpretação de Norberto Bobbio a respeito dos intelectuais caminha também nesta direção. Para ele, os intelectuais cumprem um papel decisivo enquanto formadores de opinião, mas atuam também como formuladores de políticas públicas⁵.

A imensa maioria dos intelectuais ibero-americanos – e brasileiros, em especial – não se fecha em torres de marfim. Desde a fun-

³ Para a trajetória dessa discussão ver, BASTOS, Elide Rugai e REGO, Walquíria Leão orgs.) *Intelectuais e política: a moralidade do compromisso*. São Paulo: ed Olho d’Água, 1999.

⁴ *Ibidem*.

⁵ BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Unesp, 1997.

dação do Estado, em 1822, os intelectuais brasileiros têm pautado suas vidas não apenas como críticos adiante do seu tempo, formadores de cultura ou de opinião pública, mas também atuam como executores de políticas públicas, atuando direta ou indiretamente na política ou na administração. É possível encontrar, portanto, intelectuais atuando na política *strictu sensu*, no nível das atividades de gerenciamento do Estado ou no âmbito das diferentes instituições que compõem o Estado⁶. Os intelectuais latino-americanos – e brasileiros, em particular – vêm conduzindo seu trabalho no terreno das idéias e da cultura de modo interligado à prática política.

Reflexões em torno das temáticas da integração e do desenvolvimento

Os decênios de 1920/30 foram momentos decisivos no processo de transformação da vida política e cultural do Brasil, uma vez que a sociedade brasileira passou por um processo marcado pela aceleração das atividades industriais nos principais centros urbanos do país (São Paulo e Rio de Janeiro) levando a que, progressivamente, a indústria pudesse ir-se impondo. Ao mesmo tempo as cidades começavam a ganhar importância, rompendo, ainda que muito lentamente, a supremacia da vida rural. No campo intelectual, este foi um momento caracterizado pelo incremento das interpretações em torno da questão da identidade cultural.

Nesse sentido, um certo número de intelectuais voltava sua atenção para a valorização da experiência histórica e cultural norte-americana, concebendo-a como o modelo a ser seguido pelo Brasil para o ingresso definitivo no mundo moderno. Havia, porém, os que permaneciam fiéis ao modelo europeu como meio capaz de propiciar a eliminação dos resíduos coloniais, vistos como responsáveis pelo atraso político, cultural e econômico do Brasil nessas primeiras décadas do século XX. E por fim, a corrente dos que de-

⁶ Esta temática foi desenvolvida por mim em *Joaquim Nabuco. A Política como moral e como História*. Rio de Janeiro: ed. Museu da República, 2006.

fendiam a particularidade da sociedade brasileira. Tempo rico em interpretações, os decênios de 1920 e 1930 foram o cenário onde atuaram Paulo Prado, Sérgio Buarque de Holanda, Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Monteiro Lobato, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e tantos outros.

Os decênios de 1920 e 1930 constituíram-se como um tempo rico em interpretações acerca das razões que impediam o Brasil de se tornar um país moderno, industrializado e constituído por uma população integrada. As promessas anunciadas pela carta de Caminha no momento do Descobrimento, a respeito das potencialidades infinitas da nova terra, continuavam sendo apenas promessas, e os intelectuais se inquietavam mais e mais. Como tornar este país, plural e diversificado culturalmente, um país integrado e capaz de construir uma economia de mercado e uma sociedade liberal? Como viabilizar os processos de industrialização e urbanização e como tornar essa população rural e bastante marcada por uma religiosidade mágica, que vivia atrelada aos poderes locais e sem acesso a um sistema educacional universal, uma população igual à dos países da Europa Central ou dos EUA? Como conjugar as heranças culturais ibérica, africana e indígena com o modelo cultural anglo-saxão? Como superar o passado colonial? Como tornar o Brasil menos dependente do capital e dos mercados externos? Como se livrar do peso do latifúndio bem como dos poderes privados que dificultavam, sobremaneira, a ação do Estado?

A palavra de ordem era *mudança*, pois só assim seria possível realizar a integração nacional. A sociedade existente possibilitava a desagregação e facilitava a manutenção de uma ordem onde imperavam os poderes locais. Para que o Brasil se modernizasse era imprescindível a atuação forte do Estado objetivando construir as bases estruturais de uma nova ordem, urbana e industrial.

Desde a fundação do Estado, os intelectuais brasileiros têm pautado suas vidas não apenas como críticos adiante do seu tempo, mas também atuando direta ou indiretamente na política ou na administração.

Em meio a este cenário, destacam-se as reflexões feitas por Oliveira Vianna em *Populações meridionais do Brasil*⁷. Ressaltando o papel das elites, indicava a necessidade de se empreender a modernização a partir da valorização dos nossos traços culturais. Diante da singularidade da organização social brasileira, não era possível, para Oliveira Vianna, conceber um modo de integração que fosse igual à quele ocorrido na Europa Ocidental e/ou EUA. O povo-massa, que ao longo do século XIX participara do sistema eleitoral, só o fizera na condição de agregado de um grande senhor, constituindo-se em sua força eleitoral. Para romper com essa tradição era preciso que o Estado interviesse de modo a ser o agente aglutinador desse povo-massa. Para Oliveira Vianna, essa incorporação não deveria se dar na esfera política:

*“o povo brasileiro nunca teve escolas que o preparassem para a democracia... Nem como homem da cidade nem como homem do campo – o nosso homem do povo nunca pôde organizar instituições sociais que educassem na prática do direito de voto e na tradição de escolha dos seus administradores e dirigentes, habituando-o a manejar esta pequenina arma delicada: uma cédula de eleitor.”*⁸

Nesse sentido, Oliveira Vianna preocupa-se com a integração do povo, mas não acredita necessário que esse povo exerça o direito político, na medida em que considera essa prática não compatível com a realidade brasileira. Apostar na adoção desse modelo era inviabilizar a construção da nação, uma vez que a prática do voto representara ao longo de nossa trajetória política o fortalecimento do poder dos clãs.

Mesmo crítico em relação ao comportamento das elites, que as levava a um descompromisso para com o todo, em momento algum o autor nega a importância dessas elites como agentes sociais. O Estado seria o responsável pela integração e pela construção da

⁷ Cf. VIANNA, Oliveira, *Populações meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1987. 2 V.

⁸ IBIDEM, p. 145.

nação, mas executaria essa tarefa em acordo com as elites. Seria, portanto, um mediador dos interesses diversos dessas elites. O Poder Executivo seria fortalecido e dotado de instrumentos que lhe permitissem exercer o poder de decisão. O povo-massa seria integrado ao corpo da nação na condição de trabalhador.

Oliveira Vianna se mostrava pouco preocupado em encontrar os meios necessários para tornar o Brasil um país moderno. Para ele a questão central estava na montagem de uma organização social e política que fosse capaz de integrar a população sob o controle do Estado. Ele não utiliza o conceito de cidadania, mas existe em suas análises a preocupação com a construção de um Estado que seja integrador. Afinal, em 1920, encontramos a ordem política ameaçada diante da tendência à oligarquização do poder estabelecido sob formato liberal numa organização social dominada pelos clãs e pelas famílias, ou numa sociedade “pré-capitalista”, como a denominava Oliveira Vianna na última de suas obras, *História social da economia capitalista no Brasil*⁹. O que Oliveira Vianna nos apresenta como única possibilidade para a resolução da problemática brasileira no tocante à organização política é um processo de transferência de lealdades. Lealdades políticas, antes canalizadas para a estrutura patriarcal, tenderiam a se dirigir para o poder central, uma vez que esse poder central mostrasse ter força e autoridade suficientes para submeter as estruturas tradicionais de dominação, libertando os indivíduos destas mesmas estruturas. Livre das estruturas tradicionais, o indivíduo entrega suas lealdades ao Estado.

É preciso ver que esta estrutura corporativa de que nos fala Oliveira Vianna teria também a função de evitar o conflito entre capital e trabalho. Afinal, Oliveira Vianna já vive alguns dos episódios marcantes do conflito entre capital e trabalho no Brasil, pois mesmo que o processo de industrialização ainda estivesse longe de dar ao Brasil o perfil de uma sociedade industrial, já dava alguns passos relativamente importantes – ainda que carentes de uma indústria de base.

Com fim da II Guerra Mundial, a palavra de ordem passava cada vez mais a ser *mudança*, então entendida como produzida pelo

⁹ Belo Horizonte: Itatiaia. Niterói: ed. UFF. 1981.

processo de industrialização. A idéia de progresso era substituída pela de desenvolvimento, e este era sinônimo de atividade industrial. Na realidade, desde a crise de 1929 os intelectuais, não apenas no Brasil mas em toda a América Latina, foram tomados pelo afã modernizador. No dizer de Eduardo Valdéz,

“La crisis mundial que comenzó em 1929 fue um importante catalizador de esos afanes modernizadores y les otorgaba um desafío manifiesto: superar la miséria y la vulnerabilidad de las economías latinoamericanas. El nacionalismo fue sin duda una respuesta a este desafío, que se enmarcó dentro del paradigma identitario existente”¹⁰.

Na década de 1930 o governo Vargas estabelecia no Brasil, mediante ação de um Estado forte, os mecanismos para implantação da indústria de base. Ao mesmo tempo, intelectuais como Azevedo Amaral faziam a defesa do programa industrial como o único capaz de conduzir o país na estrada do desenvolvimento¹¹. Ao final dos anos de 1940 a Cepal (Comissão Econômica para a América Latina) representava a hegemonia deste novo paradigma, cujo conceito chave era *industrialização*.

Nos domínios da política iniciava-se o populismo ou o trabalhismo como recurso de poder utilizado tanto por políticos adeptos do modelo democrata quanto por adeptos do autoritarismo. Vargas, em seus diferentes momentos à frente da chefia do Estado, como ditador ou presidente eleito, tratou de construir as bases para implantação desse parque industrial ao mesmo tempo em que procurava, também, cuidar do controle social e sindical. Dessa forma, quando se encerra o segundo governo de Vargas (1951-1954), o Brasil já se encontrava bastante transformado. Caminhava, a passos largos, para o fim da predominância do mundo rural, ainda que a ocupação dos espaços urbanos ocorresse de modo extremamente desordenado. O Brasil passava por um intenso processo de

¹⁰ VALDÉS, Eduardo Deves. Del Ariel de Rodo a la CEPAL (1900-1950). *El pensamiento latinoamericano en el siglo XX. Entre la modernización y la identidad*. Buenos Aires: Biblos, 2000, p.287-288.

¹¹ AMARAL, Azevedo. *A evolução política do Brasil*, Rio de Janeiro: José Olímpio, 1935.

modernização nos planos político e econômico¹².

Quando do suicídio de Vargas, em 1954, o Brasil era regido por uma constituição liberal, onde havia a valorização do poder legislativo e liberdade de imprensa. É bem verdade que as liberdades políticas se encontravam ainda bastante limitadas no tocante ao sindicalismo e as organizações de esquerda. O Partido Comunista Brasileiro, por exemplo, foi posto na clandestinidade em 1948. Isto não impediu, no entanto, que seus integrantes continuassem na cena política mediante ligações com outros partidos. No interior deste quadro ocorreu a campanha de JK à presidência da república. Neste momento, duas forças políticas se enfrentavam. De um lado o varguismo e de outro a oposição representada pela UDN (União Democrática Nacional). O grupo oposicionista tinha no jornalista Carlos Lacerda um dos seus líderes. Juscelino sabia que sua eleição dependia da consolidação de uma aliança forte e dessa maneira costurou com o PTB o acordo político que levou a indicação de João Goulart para a vice-presidência. A aliança fez-se, então, entre o Partido Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) com o apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que desagradou os meios militares, de modo que o quadro eleitoral se tornou mais complexo com a entrada de novas candidaturas. A eleição, afinal, ocorreu em 3 de outubro de 1955 e Juscelino ganhou com uma percentagem de 33,82% dos votos válidos.

Os decênios de 1920 e 1930 constituíram-se como um tempo rico em interpretações acerca das razões que impediam o Brasil de se tornar um país moderno, industrializado e constituído por uma população integrada.

¹² Sobre as políticas do período Juscelino ver, por exemplo, MARANHÃO, Ricardo. *O governo Juscelino Kubitschek*. São Paulo : Brasiliense , 1988. Do mesmo autor ver: *O Estado e a política "populista" no Brasil (1954-1964)*. In: FAUSTO, Boris (org). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1984, t.3, v.3. Ver ainda: Maria Vitória BENEVIDES. *O governo Kubitschek: desenvolvimentismo econômico e estabilidade política, 1956-1961*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

Artigo

Maria Emilia Prado

Juscelino procurou traçar os rumos de seu governo oferecendo ao país uma agenda destinada a acelerar o processo de transformação. A temática do desenvolvimentismo constituiu-se na tônica do governo Juscelino Kubitschek e do decênio de 1950. O clima de liberdade, então reinante, facilitava a aceitação, por parte da população, do ‘Plano de Metas’ – programa econômico e de planejamento voltado para a aceleração o desenvolvimento do país. Herdara Juscelino do governo Vargas um conjunto de instituições e agências voltadas à promoção do desenvolvimento, dentre elas o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (depois transformado em BNDES), a Petrobrás e outros, de caráter setorial ou regional, como o Banco do Nordeste e a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

Seguindo parte do modelo de governo testado por Vargas, JK tratou de incentivar as comissões técnicas destinadas à realização de estudos e à formulação de políticas de planejamento econômico e social. Este corpo institucional e burocrático lhe permitia agir e decidir mesmo em meio a uma conjuntura de crise política. JK adicionou ao desenvolvimentismo a ótica do otimismo e da tolerância política. Ao longo de seu governo, cuidou de manter em alta o prestígio do Poder Legislativo, domesticou os descontentamentos dos militares e procurou maximizar os recursos existentes no país. A política econômica de JK pôde contar com uma base de apoio significativa, que incluía empresários, trabalhadores e militares. Apesar disso, havia setores fortemente opositores a esta política e eles se encontravam em alguns organismos internacionais e nos setores internos que não se identificavam com a proposta de desenvolvimento industrial para o Brasil.

Em meio a este cenário nascia o *Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)*, que se originou no conjunto de intelectuais, dentre os quais antigos assessores do governo Vargas, que decidiram se reunir com a finalidade de estudar a realidade brasileira. Essas reuniões eram realizadas na cidade fluminense de Itatiaia, o que fez com que fossem conhecidos pela denominação de “Grupo de Itatiaia”. Sob a liderança de Hélio Jaguaribe, foi fundado inicialmente o *Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP)* que funcio-

nava na rua do Ouvidor, no então escritório de Jaguaribe. O IBESP oferecia diversos cursos de História, Sociologia e Política nacionais que funcionavam no auditório do Ministério da Educação.

O ISEB foi criado posteriormente em 14 de julho de 1955, pelo Decreto nº 37.608 que o vinculou ao Ministério da Educação e Cultura. O grupo de intelectuais que estava à sua frente objetivava o estudo, o ensino e a divulgação das ciências sociais. Pretendia-se, também, que os dados e as categorias ali formuladas servissem para análise e compreensão crítica do Brasil e pudessem contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional. A partir de 1956 o ISEB passaria a ter por sede o prédio localizado na rua das Palmeiras, 55, no bairro de Botafogo, Rio de Janeiro.

Os principais intelectuais ligados ao ISEB eram os filósofos R. Corbusier, Michel Debrand e Álvaro Vieira Pinto; o sociólogo Guerreira Ramos; os economistas Ignácio Rangel, Rômulo de Almeida e Ewaldo Correia Lima; o historiador Nelson Werneck Sodré e os cientistas políticos Hélio Jaguaribe e Cândido Mendes de Almeida. Esses intelectuais se caracterizavam por seu papel como intelectuais públicos¹³ e também por seguirem a marca da intelectualidade latino-americana – e brasileira em especial –, qual seja, a preocupação em identificar e apontar caminhos capazes de levar a resolução da questão nacional. Além disso, comungavam, também, daquela outra característica própria dos intelectuais latino-americanos: a proximidade com o poder e por vezes o exercício de cargos no Estado.

Logo após sua fundação o ISEB passou a organizar cursos destinados, principalmente, à formação da elite brasileira. Nesses cursos era oferecida uma visão ampla e geral da História do Brasil e do ponto de vista econômico as idéias aí apresentadas conjugavam-se com algumas propostas defendidas pela CEPAL bem como por Celso Furtado, que apesar de não integrar os quadros do ISEB era próxi-

¹³ Para o conceito de intelectual público ver JACOBY, Russel, *Os últimos intelectuais*. Trad. São Paulo: Edusp, 1990. Para o papel do intelectual na política ver: AMARAL, Roberto. *O papel do intelectual na política*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005.

O ISEB funcionou como aliado do projeto desenvolvimentista de JK.

mo do Instituto e de alguns de seus intelectuais. Os integrantes do ISEB viram no governo Juscelino o meio pelo qual seria possível que suas idéias fossem postas em prática e dessa forma a instituição funcionou como aliada do projeto desenvolvimentista implementado por Juscelino Kubitschek. Em suas declarações públicas, JK prestigiou o ISEB, definindo-o como um centro de cultura, estudos e pesquisa. Diferenciava-o dos demais órgãos universitários ao realçar a vocação do ISEB para o estudo dos problemas brasileiros. Ressalte-se, no entanto, o fato de JK não ter transformado os intelectuais do ISEB em seus assessores na orientação nem na implementação do Plano de Metas para o desenvolvimento. Para isto ele criou o Conselho de Desenvolvimento.

Em março de 1957 a direção do ISEB organizou, na cidade de São Paulo, um ciclo de conferências sob o patrocínio do Centro e da Federação das Indústrias. O ISEB estendia a São Paulo seu raio de ação. A instituição ganhava mais prestígio, mas começava a incomodar diversos segmentos políticos nacionais. E, na medida em que não havia consenso entre os intelectuais que integravam o ISEB, a crise também ocorreu internamente. A publicação do livro de Hélio Jaguaribe, *O nacionalismo na atualidade brasileira*¹⁴, onde o autor defendia a tese de que os investimentos estrangeiros estavam se dirigindo para a indústria, foi o estopim para a crise interna, que resultou na saída de Jaguaribe do ISEB. Isto ocorreu na medida em que a instituição defendia que o capital estrangeiro aliado ao setor agrário-mercantil era o principal obstáculo à industrialização brasileira.

O ISEB chegou ao ano de 1960 reformulado em seus quadros. Não apenas Hélio Jaguaribe saiu, mas logo a seguir também saíram Guerreiro Ramos, Roberto Campos, Anísio Teixeira e Hélio Cabal. O Conselho Consultivo foi extinto e o Conselho Curador passou a ter apenas poderes administrativos. No final de 1950 o

¹⁴ Rio de Janeiro: ISEB, 1958.

ISEB viu-se na situação de estar privado da verba orçamentária estatal. Ao iniciar o ano de 1961, o Instituto não dispunha de verba para suas atividades, e dessa forma o curso regular teve que ser suspenso, sendo mantidos apenas os seminários, as conferências e os cursos extraordinários. Não havia mais o governo JK, e Jânio Quadros não tinha interesse no *ISEB*. Em 1964 a instituição foi fechada pelo governo ditatorial. O prédio do *ISEB* foi invadido, as instalações quebradas e a biblioteca destruída. Abriu-se então um IPM (inquérito policial militar) de enormes proporções. O *ISEB* foi considerado braço de Moscou, uma vez que oferecia cursos, conferências e seminários assistidos por estudantes, professores, advogados, jornalistas etc.

Figura central no *ISEB*, Hélio Jaguaribe de Mattos nasceu no Rio de Janeiro em 1923. Ingressou no curso de Direito na PUC - Rio, onde, por influência do prof. Antonio Gallotti, catedrático de Teoria do Estado, passou a se interessar pela Ciência Política e tomou contato com aquele que viria a ser um autor basilar na sua formação, Ortega y Gasset, e através deste tomou conhecimento do pensamento alemão dos finais do século XIX até 1930.

A concepção nacionalista de Jaguaribe, presente desde a publicação, em 1958, de *O nacionalismo na atualidade brasileira*, caracteriza-se por inserir o nacional no universal. Dito de outra forma, a preocupação com o destino do país não está dissociada de um compromisso com o universal. Nesse sentido, seus estudos a respeito do desenvolvimento político do Brasil ocorrem, em maior ou menor escala, a partir de uma perspectiva de política comparada. Tomando por base a experiência histórica de outros países, procura descobrir o que poderia ser útil ao Brasil. Esta temática está presente, por exemplo, em *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político*¹⁵, publicado em 1962. Nessa obra ele analisa o capitalismo de Estado de Nasser, bem como o socialismo desenvolvimentista, de modo a refletir sobre como essas experiências poderiam contribuir para o processo de desenvolvimento brasileiro.

¹⁵ Idem. *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1962.

No tocante ao significado do conceito de *desenvolvimento* para Hélio Jaguaribe, ele o definia a partir do tempo histórico e comparativamente com outras sociedades e culturas contemporâneas. Dessa forma, desenvolvimento não era um conceito estático, em sua concepção, e o conteúdo podia sofrer alterações de acordo com o tempo. Por outro lado, é importante frisar que o diagnóstico a respeito do grau de desenvolvimento de uma sociedade só poderia ser feito de modo comparativo com outras sociedades, mas dentro de um mesmo sistema cultural. Jaguaribe afirma ao longo de seus diversos livros onde discute a temática do desenvolvimentismo que a comparação só pode se dar em sociedades que adotam um mesmo sistema cultural, posto que sociedades distintas culturalmente possuem também distintas concepções a respeito dos objetivos do homem, bem como da sociedade. Ele adverte sobre a impossibilidade do que se entende por desenvolvimento no Ocidente, por exemplo, ser aplicado a culturas do Extremo Oriente.

Desenvolvimento consiste na melhor forma de utilização dos meios disponíveis numa determinada cultura e no interior de um tempo histórico, para atender as necessidades desta sociedade em correspondência com os recursos humanos e materiais de que dispõe. *Subdesenvolvimento* ocorre, portanto, quando não se aplicam os meios disponíveis para atender as necessidades de uma determinada sociedade. Para Jaguaribe as insuficiências de recursos naturais ou populacionais não justificam a vigência do subdesenvolvimento, que está relacionado a uma carência de racionalidade pública. No caso das sociedades ocidentais, o *subdesenvolvimento* seria produto de uma disfunção na relação elite-massa. No caso do Brasil, assim como de muitas outras sociedades, especialmente as latino-americanas, as elites não buscaram orientar seus interesses numa di-

reção otimizante para o conjunto da sociedade. Além disso, elas têm um custo de sustentação extremamente alto para a sociedade, e dessa forma contribuem para privar a sociedade das condi-

***Para Hélio Jaguaribe,
o subdesenvolvimento está
relacionado a uma carência
de racionalidade pública.***

ções para inversões reprodutivas, o que resulta no estancamento social.

No caso específico do Brasil – que era até 1950 uma sociedade agrária baseada na lavoura tropical –, as elites buscaram minimizar os custos da produção, em especial no tocante à mão de obra, que era escrava ao longo do século XIX e livre após 1888, mas mantida em níveis bastante estritos de subsistência e deseducada. Constituíam-se, assim, numa mão de obra extremamente barata e pouco cônica de seus direitos. Com isto, maximizava os lucros da lavoura, cujo preço do produto independia dos produtores, já que era fixado no exterior.

Assim, o conceito de desenvolvimento sustentado por Jaguaribe desde seus primeiros escritos, à época do funcionamento do ISEB, buscava conjugar a constituição de um processo de industrialização capaz de diminuir o peso da economia agrária, acompanhado por um processo educacional. É preciso lembrar que o ISEB possuía seis departamentos e, ainda que não houvesse um deles dedicado especificamente à temática educacional, esta se coadunava, perfeitamente, com a defesa a respeito do desenvolvimentismo. Além do que é preciso destacar a presença de educadores eminentes ligados ao ISEB, em especial a figura de Paulo Freire.

Procurava apontar a necessidade da adoção pelo Estado de uma política econômica e social capaz de conduzir o processo de desenvolvimento de modo a encaminhar o impasse entre uma estrutura social que esgotara seus limites de racionalidade e as aspirações sociais de melhores condições de vida. A burguesia urbana, que deveria dirigir esse processo, havia perdido essa possibilidade, tendo se transformado, na concepção de Jaguaribe, em simples classe dominante. Nessas circunstâncias, haveria a necessidade da intermediação feita através de uma ideologia capaz de substituir o papel que a burguesia não tinha condições de cumprir. A essa ideologia competia o papel de responder pelo coletivo da sociedade no Brasil da década de 1950.

Jaguaribe acreditava, e nessa questão seu pensamento não se diferenciava daquele expresso por outros isebianos, que o projeto nacional desenvolvimentista só poderia ser realizado através de uma

mobilização nacional de grande proporção que teria por sustentáculo a aliança de classes. Única forma de se deter o predomínio dos grandes latifundiários e dos exportadores de matéria prima. A posição que adotavam não implicava se posicionarem contrariamente aos exportadores, mas sim indicava a necessidade de se empreender esforços para implantar uma política de substituição de importações. Gerar uma classe-média com mentalidade industrial, além de um operariado industrial que se colocasse em condições de deter e mesmo reduzir o peso do latifúndio-mercantilista. Para que esta proposta fosse viável, acreditava-se ser imprescindível uma ampla mobilização nacional. ■

Referências bibliográficas

AMARAL, Azevedo. *A evolução política do Brasil*, Rio de Janeiro: José Olímpio, 1935.

AMARAL, Roberto. *O papel do intelectual na política*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005.

BASTOS, Elide Rugai Bastos e REGO, Walquíria Leão (org) *Intelectuais e política: a moralidade do compromisso*. São Paulo: ed Olho d'Água, 1999.

BENEVIDES, Maria Vitória. *O governo Kubitschek: desenvolvimentismo econômico e estabilidade política, 1956-1961*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Unesp, 1997.

JACOBY, Russel. *Os últimos intelectuais*. São Paulo: Edusp, 1990.

JAGUARIBE, Hélio. *O nacionalismo na realidade brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.

_____. *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1962.

MARANHÃO, Ricardo. *O governo Juscelino Kubitschek*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. "O Estado e a política 'populista' no Brasil (1954-1964)." In: FAUSTO, Boris (org) *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1984. T.3. v.3.

OLIVEIRA VIANNA, Francisco de. *Populações meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1987. 2 V.

_____. *História social da economia capitalista no Brasil*. 2v. Belo Horizonte: Itatiaia. Niterói: ed. UFF. 1981.

PITA, Antonio Pedro Pita, “Os intelectuais e a democracia ou a democracia dos intelectuais”. In PRADO, Maria Emilia (org.) *Tradição e modernidade no mundo ibero-americano*, Rio de Janeiro, CNPq/UERJ/IHGB, 2004.

PRADO, Maria Emilia Prado. “O significado da liberdade nos propagandistas da república”. *Revista do IHGB*, n.401, 2002, p.79-94.

_____. “A cidadania no pensamento político brasileiro”. *Revista Internacional de Estudos Políticos*, Rio de Janeiro: 1999, v.1 p.345-360.

_____. *Joaquim Nabuco. A política como moral e como História*. Rio de Janeiro: ed. Museu da República, 2006.

VALDÉS, Eduardo Deves. *Del Ariel de Rodo a la CEPAL (1900-1950). El pensamiento latinoamericano em el siglo XX. Entre la modernización y la identidad*. Buenos Aires: Biblos, 2000.

A responsabilidade dos intelectuais: o desenvolvimentismo dos anos 1950

Maria Emilia Prado

Resumo

Este trabalho tem como objetivo contribuir para a discussão teórica a respeito do papel dos intelectuais no Brasil a partir da análise do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, destacando-se especialmente as reflexões feitas por Hélio Jaguaribe no tocante à temática do desenvolvimentismo. Para isto será analisado o significado dos conceitos de integração e desenvolvimento em alguns dos trabalhos produzidos por Jaguaribe no período de 1955-70. Esta análise será feita adotando-se uma abordagem metodológica, onde os escritos serão compreendidos a partir do tempo histórico em que foram produzidos, buscando-se inseri-los na tradição intelectual brasileira.

Palavras-chave

Intelectuais – nação – desenvolvimento - política

Abstract

This work intends to participate in the theoretical discussion about the role of intellectuals in Brazil, starting with the analysis done by the Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), and focusing particularly the reflections of prof. Hélio Jaguaribe regarding the subject of development. We will analyze the meaning of the concepts of integration and development in some of the works produced by Jaguaribe from 1955 until 1970.

Key words

Intellectuals – nation – development - politics

E-mail:

emiapcp@oi.com.br